GTEL GRUPO TÉCNICO DE ELETROMECÂNICA S/A.

CNPJ/MF 47.144.548/0001-79

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais-R$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.532.290	29.177.628
Contas a receber de clientes líquidas	6	23.667.563	11.596.976
Estoques líquidos	7	1.879.043	643.473
Impostos a recuperar líquidos	8	256.673	1.089.748
Despesas antecipadas		870.516	317.103
Outros créditos e adiantamentos	9	5.566.384	6.309.211
Total do ativo circulante		**35.772.469**	**49.134.139**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros ativos não circulante	10	2.535.817	462.842
Impostos a recuperar líquidos	8	3.848.981	4.371.792
Imobilizado líquido	11	3.367.916	3.513.362
Direito de uso de ativos	12	1.241.754	1.203.092
Total do ativo não circulante		**10.994.468**	**9.551.089**
Total do ativo		**46.766.937**	**58.685.227**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Fornecedores de materiais e serviços		3.779.384	7.989.088
Empréstimos e Financiamentos	13	4.413.776	6.291.314
Arrendamentos mercantis	12	565.981	736.424
Obrigações sociais e trabalhistas	14	9.958.047	5.769.945
Impostos e contribuições a recolher	15	1.268.906	1.774.699
Outras contas a pagar e adiantamentos	16	478.282	6.697.970
Total do passivo circulante		**20.464.376**	**29.259.439**
Passivo não circulante			
Empréstimos e Financiamentos		666.666	1.913.776
Impostos e contribuições		535.780	915.484
Arrendamentos mercantis	12	790.673	574.869
Provisões para contingências	17	1.175.933	1.175.933
Total passivo não circulante		**3.169.052**	**4.580.063**
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito e integralizado	18	13.600.000	13.600.000
Reservas de Capital		43.819	43.819
Reserva Legal		2.652.115	2.601.726
Reserva de lucros		6.837.575	8.600.180
Total do patrimônio líquido		**23.133.509**	**24.845.725**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**46.766.937**	**58.685.227**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos reais-R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	**150.897.178**	**113.032.980**
Custo dos serviços e das mercadorias vendidas		(32.087.090)	(32.129.060)
Lucro bruto		**118.810.088**	**80.903.920**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(2.282.626)	(853.595)
Despesas administrativas e gerais	20	(114.509.974)	(78.733.561)
Outras receitas e despesas, líquidas	21	316.619	297.889
Total das (Despesas) receitas operacionais		**(116.475.981)**	**(79.289.267)**
Lucro operacional, excluído o resultado financeiro		**2.334.107**	**1.614.653**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	22	(1.952.188)	(796.919)
Receitas financeiras	22	1.265.344	734.902
Total do Resultado financeiro		**(686.844)**	**(62.017)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		**1.647.263**	**1.552.636**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	23	(639.479)	(561.824)
Lucro Líquido do Exercício		**1.007.784**	**990.812**
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R$		**1.171,84**	**1.152,11**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais-R$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**368.305**	**428.989**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa líquido		
Depreciação e amortização	1.680.035	1.363.008
Juros de empréstimos e financiamentos	96.612	89.795
Perdas de recebíveis	(987)	176.198
Resultado na alienação de ativo fixo	174.689	103.259
Subtotal	**2.318.654**	**2.161.249**
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(12.069.600)	(4.344.130)
Estoques	(1.235.570)	(565.436)
Impostos a recuperar circulantes e não circulantes	833.075	564.483
Despesas antecipadas	(553.413)	197.220
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.330.147)	(3.734.999)
Fornecedores	(4.209.704)	6.245.936
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(4.196.178)	2.222.143
Obrigações sociais e trabalhistas	4.188.102	1.708.541
Outros passivos circulantes e não circulantes	(6.599.392)	6.658.158
Subtotal	**(22.854.174)**	**11.113.164**
Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros pagos	133.686	791.571
Total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(22.720.488)**	**11.904.735**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo imobilizado e intangível	(204.849)	(379.567)
Total do caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(204.849)**	**(379.567)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(2.720.000)	(1.883.627)
Total do caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(2.720.000)**	**(1.883.627)**
Aumento/(redução) corrente líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(25.645.337)**	**9.641.542**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**29.177.628**	**19.536.086**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.532.290**	**29.177.628**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**13.600.000**	**43.819**	**2.552.185**	**9.542.535**	**25.738.540**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	990.812	**990.812**
Constituição de reserva legal	-	-	49.540	(49.540)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(235.318)	**(235.318)**
Dividendos propostos	-	-	-	(1.648.309)	**(1.648.309)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**13.600.000**	**43.819**	**2.601.726**	**8.600.180**	**24.845.725**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.007.784	**1.007.784**
Constituição de reserva legal	-	-	50.389	(50.389)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(239.349)	**(239.349)**
Dividendos propostos	-	-	-	(2.480.651)	**(2.480.651)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**13.600.000**	**43.819**	**2.652.115**	**6.837.575**	**23.133.509**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **GTEL - Grupo Técnico de Eletromecânica S/A,** Sociedade anônima por ações de capital fechado, se insere no segmento de construção civil, atuando na execução de obras e serviços de engenharia civil e elétrica, hidráulica e mecânica, montagem, projetos, planejamento, assessoria, consultoria, terraplanagem, estudos técnicos, administração e serviços técnicos profissionais e auxiliares de engenharia e arquitetura. Podendo ainda consorciar-se com outras firmas a fim de participar em atividades conjuntas, concorrências, serviços e outras atividades que forem convenientes em todo território nacional e em conformidade com a CPC 26 art. 138. A Entidade deve divulgar, caso não for divulgado em outro local entre as informações publicadas com as demonstrações contábeis, as seguintes informações: (a) o domicílio e a forma jurídica da entidade, o seu país de registro e o endereço da sede registrada (ou o local principal dos negócios, se diferente da sede registrada); (b) a descrição da natureza das operações da entidade e das suas principais atividades; e (c) o nome da entidade controladora do grupo em última instância, (d) se uma entidade constituída por tempo determinado, informação a respeito do tempo de duração.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. A Sociedade, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) relevância e especificidade da informação das operações da Sociedade aos usuários; e (ii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações financeiras. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Sociedade. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão à Administração em 30 de março de 2023. **b) Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, a sua mensuração está em conformidades com as disposições do CPC 26 (R1). **c) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas com as informações comparativas com o exercício de 31 de dezembro de 2021, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos. **d) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional definida para a Sociedade. **e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Perda de recuperabilidade sobre créditos; • Teste de redução ao valor recuperável de ativos; e • Provisões para ações judiciais; **f) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Provisão para redução ao valor recuperável (Nota explicativa 3. i); • A vida útil e o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e direito de uso; • A vida útil e o cálculo das amortizações sobre o ativo intangível; • Incertezas relativas às premissas de provisões para processos judiciais; • Imposto de renda diferido (Nota explicativa 3.j). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidas por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas e premissas anualmente. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações financeiras foram as seguintes: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelos serviços prestados de engenharia e vendas de equipamentos no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor real menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **c) Estoque:** Os estoques de equipamentos são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Mercadorias em trânsito e adiantamentos a fornecedores estão apresentados pelo custo incorrido em cada processo de importação e adiantamento realizado. **d) Instrumentos Financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração. O CPC 48 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Como alteração, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros, como: mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e redução ao valor recuperável de ativos financeiros e aplica novos critérios para o reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Os efeitos da transição e aplicação da norma a Sociedade realizou a avaliação dos modelos com base nos critérios requeridos dos seguintes tópicos: • A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. • A determinação do modelo de negócio, que representa a forma com que a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; • As determinações das variáveis relacionadas às estimativas de perda dos valores recuperáveis. A Sociedade realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa de seus ativos e passivos financeiros, sendo as principais alterações decorrentes da adoção do IFRS 9. Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: Custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Valor Justo por meio do Resultado. A Sociedade reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado. Após o reconhecimento inicial a Sociedade avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros. A Sociedade avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, consequentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo. **e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. Para o recebimento dos serviços a Sociedade optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes. **f) Perdas de recuperabilidade sobre créditos:** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras. **h) Imobilizado:** Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de computação, são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. **i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Impairment):** A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (Impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação. **j) Tributos Diretos: Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes:** Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. A Sociedade adota duas sistemáticas para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **k) Contas a pagar a fornecedores e terceiros:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **l) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes:** A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) e as correspondentes interpretações estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo: • arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e moveis de escritório) e; • arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. De acordo com a norma, os pagamentos de arrendamentos que são parte do escopo do CPC 06 (R2) são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento. Consequentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento se refere principalmente ao conceito de controle. O CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período e tempo em troca de contraprestação. Para tal, a Administração da Sociedade, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: • Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. • Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso. • Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão. • O arrendatário pode optar, para cada classe de ativo subjacente, por não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associados. **n) Reconhecimento das receitas operacionais:** As receitas da prestação de serviços de engenharia reconhecidas pelos valores recebidos ou a receber dessas vendas realizadas pela Sociedade no curso normal de suas operações. As receitas estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções e descontos. Os impostos sobre as vendas são registrados quando os serviços são faturados contra os clientes e partes relacionadas. Os descontos são registrados quando conhecidos ou acordados com os clientes. **o) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outros ativos financeiros:** Outros ativos financeiros consistem em títulos de capitalização do Bradesco com vigência mínima de 18 meses firmado como instrumento de garantia da cessão fiduciária do cliente Grune; e títulos de capitalização em garantia referentes locações de imóveis firmados com as imobiliárias no decorrer das contratações de locação em forma de caução. Os saldos finais são contabilizados de acordo com o contrato firmado com as instituições financeiras e na data de vencimento são reconhecidos os valores do principal mais correção contra receitas financeiras.

4. Gerenciamento de riscos: Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração. Risco de crédito: Um dos riscos de crédito advém da possibilidade de não receber valores decorrentes dos créditos vencidos. Por meio de controles internos adequados, a Sociedade monitora permanentemente o nível de suas contas a receber. Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Sociedade. A Sociedade procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Sociedade elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. O portfólio financeiro da Sociedade está exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Bancário (CDB). Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, o CDI, pode afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras. Para efeito de análise de sensibilidade a Sociedade adota taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente. Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021. O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras. O portfólio financeiro da Sociedade está exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Bancário (CDB). Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, ela não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, o CDI, pode afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras. Para efeito de análise de sensibilidade a Sociedade adota taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente. Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2021.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa, bancos conta movimento	17.795	16.780
Aplicações	3.513.727	29.160.847
	3.531.522	**29.177.627**

O grupo de aplicações financeiras, possuem aplicações em renda fixa, com vencimento diário.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	24.210.401	12.140.802
(-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(542.839)	(543.826)
	23.667.562	**11.596.976**

A movimentação das provisões para créditos de liquidações duvidosas, estão abaixo demonstradas

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	543.826	646.238
Baixas no exercício	(987)	(102.412)
Saldo Final	**542.839**	**543.826**

A Administração da **Sociedade** entende que os valores provisionados são suficientes para cobrir perdas relacionadas a esse assunto.

7. Estoques líquidos

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais para obra	1.873.043	643.473
	1.873.043	**643.473**

Os estoques são compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

8. Impostos a recuperar

Ativo Circulante e Não Circulante	31/12/2022	31/12/2021
INSS a compensar	4.103.359	4.904.968
IRPJ a compensar	-	353.490
CSLL a compensar	-	105.505
IRRF sobre aplicações financeiras	-	95.281
IRRF a compensar	2.295	2.295
Total do ativo circulante e não circulante	**4.105.654**	**5.461.540**
Circulante (impostos a recuperar para os próximos 12 meses)	256.673	1.089.748
Não circulante	3.848.981	4.371.792

9. Outros créditos e adiantamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	1.532.161	545.508
Adiantamento a funcionários	184.266	263.786
Adiantamento de viagens	666.565	576.565
Retenção contratual	3.066.749	4.864.902
Outros créditos	116.642	58.450
	5.566.383	**6.309.211**

10. Outros ativos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Depósito Judicial	210.431	213.603
Título de capitalização	2.262.617	174.770
Caução	62.769	74.469
Saldo Final	**2.535.817**	**462.842**

11. Imobilizado líquido

	Vida útil a.a.	Taxa % a.a.	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Depreciações	31 de dezembro de 2022
Terrenos e imóveis	25	4%	1.896.379	-	-	(22.800)	1.873.579
Veículos	5	20%	403.751	-	-	(135.865)	267.886
Máquinas e equipamentos	10	10%	1.601.158	213.323	(420.205)	(243.272)	1.151.004
Móveis e utensílios	10	10%	63.753	-	-	(16.274)	47.479
Equipamentos de computação	5	20%	167.117	69.456	(2.779)	(60.380)	173.414
			4.132.158	**282.779**	**(422.984)**	**(478.591)**	**3.513.362**

	Vida útil a.a.	Taxa % a.a.	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Depreciações	31 de dezembro de 2022
Terrenos e imóveis	25	4%	1.873.579	-	-	(22.800)	1.850.779
Veículos	5	20%	267.886	287.490	(207.273)	(54.816)	293.287
Máquinas e equipamentos	10	10%	1.151.004	178.721	(65.306)	(305.973)	958.446
Móveis e utensílios	10	10%	47.479	-	(8.428)	(9.246)	29.805
Equipamentos de computação	5	20%	173.414	145.908	(3.578)	(80.145)	235.599
			3.513.362	**612.119**	**(284.585)**	**(472.980)**	**3.367.916**

12. Direitos de uso e arrendamento mercantil: A Sociedade possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor. A Sociedade chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Sociedade. A tabela abaixo evidência as taxas praticadas pela Sociedade:

Locação	Taxa (%) a.a
Aluguéis	8,00%
Veículos	7,90%
Máquinas e equipamentos	10,6%

Os arrendamentos contratados pela Sociedade são apresentados abaixo:

i. Direito de Uso

	Veículos	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**178.063**	**1.025.030**	**1.203.092**
Entradas	-	1.863.974	1.863.974
Atualizações contratuais	65.115	16.657	81.771
Baixas	-	(1.521.291)	(1.521.291)
Depreciação	(193.157)	(192.636)	(385.793)

LEIA O QRCODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL

https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/gtel-grupo-tecnico-de-eletromecanica-s-a-2/

Empresas & Negócios